

**Lúcia Helena
Sasseron**

*Faculdade de Educação
Universidade de São Paulo*

sasseron@usp.br

Kátia Silva Cunha

*Núcleo de Formação
Docente
Universidade Federal de
Pernambuco*

katia.scunha@ufpe.br

No momento em que foi lançada a chamada para este número especial da Revista Currículo e Docência, tínhamos um documento curricular recém publicado, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Agora, quando publicamos os artigos, temos também diretrizes para a formação de professores formuladas na relação direta com o documento curricular. Portanto, não faz parte do escopo deste número temático discutir a formação de professores, mas, certamente, os artigos aqui organizados podem contribuir para a reflexão sobre a necessidade de implementar uma Base Curricular, além de trazer informações para o planejamento dos professores e para suas interações com os conhecimentos e com os estudantes, tendo em vista, como já afirmado por Silva e Cunha (2016, p. 1249) que “[o/a] docente faz escolhas, revê percursos, reflete sobre o que fazer. Dessa forma, constrói um currículo”, ou seja, não é mero aplicador do que chega às escolas, ressignifica, reconstrói e constrói na ação desenvolvida.

Documentos curriculares incidem na realidade escolar de um modo que talvez não tenha sido considerado pelos seus conceptores. Por listarem expectativas formativas, documentos curriculares buscam moldar ações de formação de estudantes e de professores, mobilizam produtores de materiais didáticos para a atualização de suas propostas, demandam renovação de práticas escolares e impactam nas avaliações das escolas, dos professores e dos estudantes, imprimem sentidos sobre o que deve ser ensinado, isto porque a política é um “conjunto de práticas, instituições e discursos que buscam estabelecer uma ordem” (Idem).

Diante disso, é importante considerar que um novo documento curricular deve gerar críticas e debates intensos. Isso marca, ao mesmo tempo, situações de conhecimento das novas diretrizes, gerando aceitação ou recusa, mas também avaliação, acrescido de situações de acirramento do campo educacional, na disputa e luta sobre os conteúdos que devem ser ensinados, a forma de trabalhar os mesmos, por um lado trazendo a necessidade de reestruturação, de replanejamento e de reacomodação

aos diferentes participantes do processo educativo e por outro a manutenção de práticas já consolidadas. Destacamos ainda que, no caso presente, conjuntamente à publicação da BNCC, além da reforma nas diretrizes curriculares para a formação de professores, já mencionada, surgem movimentos para a reforma educacional atingindo de modo direto o Ensino Médio.

Estamos cientes das diversas críticas já existentes em relação ao processo de elaboração da BNCC e damos destaque a estudos que abordam interesses econômicos e de mercado se justapondo aos interesses educacionais (Tarlau e Moeller, 2020, Quadros e Krawczyk, 2019, Ferretti e Silva, 2017, Macedo, 2017, Martins e Krawczyk, 2016). Pesquisas como estas evidenciam que mudanças curriculares fazem emergir disputas que extravasam o terreno do que se espera ser ensinado em sala de aula.

Há ainda estudos em desenvolvimento preocupando-se em fornecer subsídios para a análise do documento em suas ideias mais gerais (Pereira, Pinheiro e Feitosa, 2019, Galian e Silva, 2019, Selles, 2018, Frangella e Dias, 2018) e específicas às disciplinas (Cabral e Jordão, 2020, Sasseron, 2018). Entendemos ser estes aportes importantes aos professores para ações de conhecimento, avaliação e ação diante das normativas recém chegadas às escolas.

Neste número temático da Revista Currículo e Docência, os textos publicados trazem contribuições para este debate, explorando aspectos da BNCC em perspectivas voltadas a áreas de conhecimento ou a movimentos necessários advindos de sua publicação.

O artigo de Dias, intitulado “Critérios para a análise da primeira versão da Base Nacional Comum Curricular de Matemática”, dialoga sobre a necessidade, reconhecida pelo autor, de o ensino da Matemática dialogar com perspectivas interdisciplinares, levando seus temas a serem tratados de modo integrado aos demais componentes curriculares. O trabalho de Araújo sobre “A BNCC de Ensino Fundamental – Anos Finais e a proposta para o componente Língua Portuguesa: um documento caleidoscópico”, a partir de estudos da linguística, expõe perspectivas importantes para a leitura da BNCC, a saber, as teorias de currículos, os estudos que tratam de inovação e conservação no contexto de ensino e o interlocutor presumido pelo documento, revelando sua percepção de que a BNCC parece direcionada a outros públicos e não necessariamente aos professores da Educação Básica. No texto “A BNCC e o ensino de Astronomia: o que muda na sala de aula e na formação de professores”, Carvalho e Ramos discutem mudanças que devem ser provocadas nas salas de aula a partir da inserção de temáticas que, usualmente, não compunham o currículo escolar no Brasil. Os autores reconhecem, com isso, a importância de produção de novas práticas bem como de iniciativas para a formação dos professores. Silva e Sasseron, no texto “BNCC: entre avanços de pesquisa e articulações necessárias”, discutem como as aprendizagens essenciais destacadas no movimento de mudança curricular podem estar articuladas a resultados de pesquisa buscando encontrar nuances de articulações entre o documento e a realidade de sala de aula. No texto “As temáticas Identidade, Cultura e Diferença nas práticas pedagógicas à luz da BNCC e do currículo de Pernambuco”, Santos, Araújo, Cunha e Bazante apresentam o resultado de uma pesquisa com professores da rede estadual, anos finais do ensino fundamental diante das temáticas diferença,

identidade e cultura, com o intuito de investigar os desafios enfrentados pelos docentes diante das demandas presentes nos documentos oficiais, a saber a BNCC e as orientações curriculares do estado de Pernambuco. Por fim, Rufino e Barros Júnior, no texto “Uma discussão sobre os conceitos de objetivo, habilidade e competência da BNCC do Ensino Médio”, discutem os conceitos enunciados no título conforme surgem na BNCC, traçando paralelos com os referenciais teóricos que os conceberam.

Temos, portanto, um número especial cujos artigos trazem o que entendemos ser importante face a uma nova diretriz curricular: informações, análises e discussões que permitam ao leitor uma leitura crítica e ponderada da BNCC.

REFERÊNCIAS

- Cabral, Lucas Munhoz, Jordão, Rosana dos Santos. (2020, março). Base Nacional Comum Curricular: Ciências e Multiculturalismo. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, 18 (1), pp. 11-136.
- Ferreti, Celso João e Silva, Monica Ribeiro da. (2017, junho). Reforma do Ensino Médio no contexto da Medida Provisória n. 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. *Educação e Sociedade*, Campinas, 38 (139), pp. 385-404.
- Frangella, Rita e Dias, Rosanne. (2018, março). Os sentidos de docência na BNCC: efeitos para o currículo da educação básica e da formação/atuação de professores. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, 22 (1), pp. 7-15.
- Galian, Cláudia Valentina Assumpção e Silva, Roberto Rafael Dias. (2019). Apontamentos para uma avaliação de currículos no Brasil: a BNCC em questão. *Estudos em Avaliação Educacional* (Impresso), 30, pp. 508/74-535.
- Macedo, Elizabeth. (2017, junho). As demandas conservadoras do movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. *Educação e Sociedade*, Campinas, 38 (139), pp. 507-524.
- Martins, Erika Moreira e Krawczyk, Nora Rut. (2016). Entrepreneurial Influence in Brazilian Education Policies: The Case of Todos Pela Educação. In *World Yearbook of Education 2016: The Global Education Industry*, editado por Antoni Verger, Christopher A. Lubienski e Gita Steiner-Khamsi. Nova York, NY: Routledge Taylor & Francis Group.
- Pereira, Crígina Cibelle, Pinheiro, Joelma Uchoa, Feitosa, Francisco Antonio Rocha. (2019, dezembro). A BNCC no descompasso entre o ideal de currículo formal e interposições do currículo real. *Debates em Educação*, Maceió, 11 (25).
- Quadros, Sérgio Feldemann e Krawczyk, Nora Rut. (2019). O ensino médio brasileiro ao gosto do empresariado. *Políticas Educativas*, 12, pp. 36-46.
- Tarlau, Rebecca e Moeller, Kathryn. (2020, agosto). O consenso pela filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. *Currículo sem Fronteiras*, 20 (2), pp. 553-603.
- Sasseron, Lúcia Helena. (2018, dezembro). Ensino de Ciências por Investigação e o desenvolvimento de Práticas: Uma Mirada para a Base Nacional Comum Curricular. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, Belo Horizonte, 18 (3), pp. 1061-1085.
- Selles, Sandra. (2018). A BNCC e a Resolução CNE/CP nº 2/2015 para a formação docente: a “carroça na frente dos bois”. *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, Florianópolis, 35 (2), pp. 337-344.
- Silva, Janini de Paula e Cunha, Kátia Silva. (2016, dezembro). Sobre base e bases curriculares nacionais comuns: de que currículo estamos falando? *Revista e-Curriculum*, São Paulo, 14 (04), pp. 1236 – 1257.